

Do pavilhão premiado ao apagamento do Palácio Monroe

Anapuenta Harena

Anapuenta Harena

ORCID: 0009-0008-0557-3162

HARENA, Anapuenta. Do pavilhão premiado ao apagamento do Palácio Monroe: Anapuenta Harena. Academia Brasileira de História e Literatura, 2026. Disponível em: <https://academiaabhl.org/portal/publicacoes/do-pavilhao-premiado-ao-apagamento-do-palacio-monroe>.

<https://academiaabhl.org/portal/publicacoes/do-pavilhao-premiado-ao-apagamento-do-palacio-monroe>

Área: Artigos Acadêmicos

Publicado em 02 de julho de 2026

Em 1904, o Brasil participou da Exposição Universal de Saint Louis, no estado do Missouri, nos Estados Unidos. O evento celebrava o centenário da Compra da Louisiana, um vasto território que havia pertencido à França e fora adquirido pelos Estados Unidos em 1803.

Para participar da exposição, o governo brasileiro construiu um pavilhão destinado a mostrar as potencialidades do país. Ali, o público podia conhecer matérias-primas, como algodão, madeira, borracha e minerais, produtos manufaturados e, claro, o nosso famoso café. A intenção era apresentar ao mundo uma nação moderna e fortalecer as relações comerciais e diplomáticas com os Estados Unidos.

O projeto ficou sob a responsabilidade do engenheiro militar Francisco Marcelino de Sousa Aguiar, que idealizou um edifício de estilo eclético, com uma imponente cúpula central e 36 colunas que conferiam grandiosidade à construção.

O pavilhão chamou a atenção dos visitantes por sua beleza e recebeu o principal prêmio de arquitetura da exposição. Foi um importante reconhecimento para a arquitetura e a engenharia brasileiras.

Desde o início, o edifício foi pensado para ser reaproveitado no Rio de Janeiro. Por isso, foi construído com uma estrutura metálica que permitia sua desmontagem e posterior reconstrução. Encerrada a

exposição, sua estrutura seguiu para o Brasil e o pavilhão foi reconstruído, com algumas adaptações, no final da Avenida Central, atual Avenida Rio Branco.

Na exposição, a construção ficou conhecida como Pavilhão do Brasil. No Rio de Janeiro, recebeu primeiro o nome de Pavilhão de São Luiz e, mais tarde, passou a se chamar Palácio Monroe, em homenagem ao presidente norte-americano James Monroe, autor da doutrina que defendia a não intervenção europeia nas Américas.

O Palácio Monroe logo se tornou um dos principais cartões-postais da então capital federal. Em 1906, sediou a Terceira Conferência Pan-Americana, encontro de grande importância que reuniu representantes de diversos países. Joaquim Nabuco, então embaixador do Brasil nos Estados Unidos, teve papel de destaque na realização da conferência. Foi ele quem sugeriu o nome Monroe, sugestão acolhida pelo barão do Rio Branco, então ministro das Relações Exteriores.

Posteriormente, o edifício abrigou a Câmara dos Deputados, entre 1914 e 1922. Em 1925, passou a ser a sede do Senado Federal, que permaneceu ali até a transferência da capital para Brasília, em 1960, com uma interrupção durante o Estado Novo, período em que o Congresso Nacional esteve fechado.

Com a mudança da capital, o palácio perdeu sua principal função política, embora continuasse sendo utilizado por uma representação do Senado e por outros órgãos públicos. Teve início, então, um

processo de esvaziamento e degradação que levaria, na década de 1970, a um intenso debate sobre a permanência do edifício.

De um lado, estavam os que defendiam sua preservação. Do outro, aqueles que queriam sua demolição. Os defensores da demolição apresentavam diferentes argumentos. Alguns diziam que a localização do palácio prejudicava as obras da estação de metrô da Cinelândia. Outros afirmavam que sua retirada melhoraria o trânsito e abriria espaço para uma área verde.

O Palácio Monroe era uma construção de estilo eclético e esse estilo estava desvalorizado na época. Para os defensores do modernismo, o ecletismo era apenas uma cópia de modelos estrangeiros e não representava o progresso que se desejava para o país. O empenho em desmerecer o palácio foi tamanho que ele chegou a ser chamado de “monstrengo arquitetônico da Cinelândia”.

O jornal *O Globo* realizou uma grande campanha por sua demolição. Em sentido contrário, o Instituto de Arquitetos do Brasil, o Clube de Engenharia, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e diversos profissionais tentaram impedir a destruição. Os defensores do palácio argumentavam que decisões importantes para o Brasil haviam sido tomadas naquele edifício. Ou seja, o Monroe fazia parte da história política do país. Apesar dos pedidos de preservação, o edifício não foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Em 1975, o presidente Ernesto Geisel autorizou a demolição. A empresa responsável pelo serviço recebeu autorização para comercializar os materiais e as peças retirados do edifício. Começava ali a demolição do mesmo edifício que, em 1904, o Brasil havia exibido ao mundo como símbolo de seu progresso e de sua modernidade.

Em 1976, o edifício, que havia colocado o Brasil em evidência em uma exposição internacional, recebido um grande prêmio de arquitetura, servido de sede para importantes instituições nacionais e se tornado cartão-postal da cidade, desapareceu da paisagem carioca.

A demolição do Palácio Monroe resultou de uma combinação de fatores, entre eles os interesses urbanísticos, as disputas políticas, o desprezo que existia, naquele momento, pela arquitetura eclética e a percepção, por parte de alguns, de que o edifício já não representava a modernidade que o país desejava transmitir.

Hoje, a área onde ficava o palácio é ocupada pela Praça Mahatma Gandhi, onde se encontra um chafariz francês adquirido por Dom Pedro II em uma exposição realizada em Viena, em 1878.

Em uma visita ao Instituto Ricardo Brennand, no Recife, tive a feliz surpresa de encontrar dois dos leões de mármore que ornamentavam as entradas do Palácio Monroe. Ali estavam eles, sobreviventes da demolição. Ao vê-los, lamentei a perda da

belíssima construção e, ao mesmo tempo, alegrei-me por saber que haviam sobrevivido como vestígios de uma história que ousaram apagar.

O desaparecimento do Palácio Monroe permanece como um alerta para a sociedade. Afinal, quem decide o que deve permanecer como memória para as próximas gerações? Quem determina o que merece ser valorizado e o que pode ser descartado?

Como declarou o historiador Pedro Calmon durante a campanha pela preservação do palácio:

“A memória do homem é fraca. Por isso que a história é a memória de um povo.”

Anapuenta Havena

Presidente da Academia Brasileira de História e Literatura

COMO CITAR

HAVENA, Anapuenta. Do pavilhão premiado ao apagamento do Palácio Monroe: Anapuenta Havena. Academia Brasileira de História e Literatura, 2026. Disponível em: <https://academiaabhl.org/portal/publicacoes/do-pavilhao-premiado-ao-apagamento-do-palacio-monroe>.